

opusdei.org

Livro digital da exortação apostólica “Redemptoris Custos”

Para facilitar a meditação sobre São José, neste ano dedicado a ele, incluimos no site um livro digital gratuito com a Exortação Apostólica “Redemptoris Custos” do sumo pontífice João Paulo II sobre a figura e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja.

22/01/2021

Aos Bispos,

aos Sacerdotes e Diáconos,

aos Religiosos e Religiosas e

a todos os fiéis da Igreja católica

INTRODUÇÃO

1. Chamado a proteger o Redentor, *“José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa”* (Mt 1, 24).

Inspirando-se no Evangelho, os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, puseram em relevo que São José, assim como cuidou com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à educação de Jesus Cristo[1], assim também guarda e protege o seu Corpo místico, a Igreja, da qual a Virgem Santíssima é figura e modelo.

No centenário da publicação da Carta Encíclica *Quamquam pluries* do Papa

Leão XIII[2] e seguindo a plurissecular veneração para com São José, desejo apresentar à vossa consideração, amados Irmãos e Irmãs, algumas reflexões sobre aquele a quem Deus “confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos”[3]. É para mim uma alegria cumprir este dever pastoral, no intuito de que cresça em todos a devoção ao Patrono da Igreja universal e o amor ao Redentor, que ele serviu de maneira exemplar.

Desta forma, todo o povo cristão não só recorrerá a São José com maior fervor e invocará confiadamente o seu patrocínio, mas também terá sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e de “participar” na economia da salvação[4]. Tenho para mim, efetivamente, que o fato de se considerar novamente a participação do Esposo de Maria no mistério divino permitirá à Igreja, na sua

caminhada para o futuro juntamente com toda a humanidade, reencontrar continuamente a própria identidade, no âmbito deste desígnio redentor, *que tem o seu fundamento no mistério da Encarnação.*

Foi precisamente neste mistério que José de Nazaré “participou” como nenhuma outra pessoa humana, à exceção de Maria, a Mãe do Verbo Encarnado. Ele participou em tal mistério simultaneamente com Maria, envolvido na realidade do mesmo evento salvífico, e foi depositário do mesmo amor, em virtude do qual o eterno Pai “nos predestinou a sermos adoptados como filhos, por intermédio de Jesus Cristo” (Ef 1, 5).

I. O CONTEXTO EVANGÉLICO

O matrimônio com Maria

2. “José, Filho de Davi, *não tenhas medo de receber Maria* como tua

esposa, porque ela concebeu pela ação do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, e tu lhe darás o nome de Jesus, pois ele vai salvar o seu povo dos seus pecados” (Mt 1, 20-21).

Nestas palavras está contido o núcleo central da verdade bíblica sobre São José; é o momento da sua existência ao qual se referem em particular os Padres da Igreja.

O evangelista São Mateus explica o significado deste momento, esboçando também a maneira como José o viveu. Todavia, para se compreender plenamente o seu conteúdo e o seu contexto, é importante ter presente a passagem paralela do *Evangelho de São Lucas*. Com efeito, a origem da gravidez de Maria, por “obra do Espírito Santo” – posta em relação com o versículo que diz “a origem de Jesus Cristo foi assim: Maria, sua mãe, estava *prometida em casamento a José*, e,

antes de viverem juntos, *ela ficou grávida pela ação do Espírito Santo*” (Mt 1, 18) encontra uma descrição mais ampla e mais explícita *naquilo que lemos em São Lucas sobre a anunciação do nascimento de Jesus*: “O anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade de Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem chamado José, da casa de Davi. E o nome da virgem era Maria” (Lc 1, 26-27). As palavras do anjo: “Alegrate, cheia de graça, o Senhor está contigo” (Lc 1, 28) provocaram em Maria uma perturbação íntima e simultaneamente estimularam-na a refletir. Então, o mensageiro tranquilizou a Virgem e, ao mesmo tempo, revelou-lhe o desígnio especial de Deus a seu respeito: “Não tenhas medo, Maria, porque encontraste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus. Ele será grande, será chamado Filho

do Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi” (Lc 1, 30-32).

O Evangelista tinha afirmado, pouco antes, que, no momento da Anunciação, Maria estava desposada com um homem chamado José, da casa de Davi. A natureza destes *esponsais* é explicitada, indiretamente, quando Maria, depois de ter ouvido aquilo que o mensageiro dissera do nascimento do filho, pergunta: “Como se realizará isso, pois *eu não conheço homem?*” (Lc 1, 34). E então é-lhe dada esta resposta: “O Espírito virá sobre ti, e o poder do altíssimo te cobrirá com sua sombra. Por isso, o menino que vai nascer será chamado santo, Filho de Deus” (Lc 1, 35). Maria, embora fosse já “desposada” com José, permanecerá virgem, pois o menino, nela concebido desde o momento da Anunciação, era

concebido por obra do Espírito Santo.

Neste ponto o texto de São Lucas coincide com o texto de São Mateus (1, 18) e serve-nos para explicar o que lemos neste último. Se, depois do desponsório com José, se verificou que Maria “tinha concebido por obra do Espírito Santo”, este fato corresponde a todo o conteúdo da Anunciação e, em particular, às últimas palavras pronunciadas por Maria: “*Faça-se em mim segundo a tua palavra*” (Lc 1, 38).

Correspondendo ao desígnio claro de Deus, Maria, com o passar dos dias e das semanas, manifesta-se, diante das pessoas e diante de José, como estando “grávida”, como mulher que deve dar à luz e que traz em si o mistério da maternidade.

3. Nestas circunstâncias, “José, seu marido, era justo e, não querendo denunciá-la, *resolveu abandonar*

Maria, em segredo” (Mt 1, 19). Ele não sabia como comportar-se perante a “surpreendente” maternidade de Maria. Buscava, certamente, uma resposta para essa interrogação inquietante; mas procurava, sobretudo, uma maneira airosa de sair daquela situação difícil para ele. *Enquanto* “pensava nisso, eis que o anjo do Senhor lhe apareceu, em sonho, e lhe disse: ‘José, Filho de Davi, não tenhas medo de receber Maria como tua esposa, porque ela concebeu pela ação do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, e tu lhe darás o nome de Jesus, pois ele vai salvar o seu povo dos seus pecados’” (Mt 1, 20-21).

Existe uma estreita analogia entre a “Anunciação” do texto de São Mateus e a do texto de São Lucas. *O mensageiro divino introduz José no mistério da maternidade de Maria.* Aquela que, segundo a lei, é a sua “esposa”, permanecendo virgem,

tornou-se mãe pela virtude do Espírito Santo. E quando o Filho que Maria traz no seio vier ao mundo receberá o nome de Jesus. Este nome era bem conhecido entre os Israelitas; e, por vezes, era por eles posto aos filhos. Neste caso, porém, *trata-se de um Filho que – segundo a promessa divina – realizará plenamente o que este nome significa: Jesus – Yehosua, que quer dizer “Deus salva”.*

O mensageiro dirige-se a José como “esposo de Maria”; dirige-se a quem, a seu tempo, deverá pôr tal nome ao Filho que vai nascer da Virgem de Nazaré, desposada com ele. *Dirige-se a José, portanto, confiando-lhe os encargos de um pai terreno em relação ao Filho de Maria.*

“Quando acordou, José fez conforme o anjo do Senhor havia mandado, e aceitou sua esposa” (Mt 1, 24). Ele *recebeu-a* com todo o mistério da sua

maternidade; recebeu-a com o Filho que havia de vir ao mundo, por obra do Espírito Santo: *demonstrou* deste modo *uma disponibilidade de vontade, semelhante à disponibilidade de Maria*, em ordem àquilo que Deus lhe pedia por meio do seu mensageiro.

II. O DEPOSITÁRIO DO MISTÉRIO DE DEUS

4. Quando Maria, pouco tempo depois da Anunciação, se dirigiu a casa de Zacarias para visitar Isabel sua parente, ouviu, precisamente quando a saudava, as palavras pronunciadas pela própria Isabel, “cheia do Espírito Santo” (cf. *Lc 1, 41*). Além das palavras que se relacionavam com a saudação do anjo na Anunciação, Isabel disse: *“Feliz daquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor”* (*Lc 1, 45*). Estas palavras constituíram o

pensamento-guia da Encíclica *Redemptoris Mater*, com a qual tive a intenção de aprofundar o ensinamento do Concílio Vaticano II, quando afirma: “A Bem-aventurada Virgem Maria avançou no caminho da fé e conservou fielmente a união com seu Filho até à Cruz”[5], “indo adiante”[6] de todos aqueles que, pela via da fé, seguem Cristo.

Ora, no início desta peregrinação, a fé de Maria encontra-se com a fé de José. Se Isabel disse da Mãe do Redentor: “Feliz daquela que acreditou”, esta bem-aventurança pode, em certo sentido, ser referida também a José, porque, de modo análogo, ele respondeu afirmativamente à Palavra de Deus, quando esta lhe foi transmitida naquele momento decisivo. A bem da verdade, José não respondeu ao “anúncio” do anjo como Maria; mas “fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa”. Isto

que ele fez é puríssima “obediência da fé” (cf. *Rom* 1, 5; 16, 26; *2 Cor* 10, 5-6).

Pode dizer-se que *aquilo que José fez* o uniu, de uma maneira absolutamente especial, à fé de Maria: *ele aceitou* como verdade proveniente de Deus *o que ela já tinha aceitado* na Anunciação. O Concílio ensina: “A Deus que revela é devida a “obediência da fé” (...); pela fé, o homem entrega-se total e livremente a Deus, prestando-lhe ‘o obséquio pleno da inteligência e da vontade’ e dando voluntário assentimento à sua revelação”[7]. *A frase acabada de citar, que diz respeito à própria essência da fé, aplica-se perfeitamente a José de Nazaré.*

5. Ele tornou-se, portanto, *um depositário singular do mistério* “escondido desde todos os séculos em Deus” (cf. *Ef* 3, 9), como se tornara

Maria, naquele momento decisivo que é chamado pelo Apóstolo “*plenitude dos tempos*”, quando “Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher... para resgatar os que se encontravam sob o jugo da lei e para que recebêssemos a adoção de filhos” (Gal. 4, 4-5). “Aproveu a Deus – ensina o Concílio – na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1, 9), pelo qual os homens, através de Cristo, Verbo Encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2, 18; 2 Pe 1, 4)”[8].

Deste mistério divino, juntamente com Maria, José é o primeiro depositário. Simultaneamente com Maria – e também em relação com Maria – ele participa nesta fase culminante da auto revelação de Deus em Cristo; e nela participa desde o primeiro momento. Tendo diante dos olhos os

textos de ambos os Evangelistas, São Mateus e São Lucas, pode também dizer-se que José foi o primeiro a *participar na mesma fé da Mãe de Deus* e que, procedendo deste modo, ele dá apoio à sua esposa na fé na Anunciação divina. Ele é igualmente quem primeiro foi posto por Deus no caminho daquela “peregrinação da fé”, na qual Maria, sobretudo no momento do Calvário e de Pentecostes, irá adiante, de maneira perfeita[9].

6. A caminhada própria de José, *a sua peregrinação da fé terminaria antes*; ou seja, antes de Maria estar de pé junto à Cruz no Gólgota e antes que Ela – tendo Cristo voltado para o seio do Pai se encontre no Cenáculo do Pentecostes, no dia da manifestação ao mundo da Igreja, nascida pelo poder do Espírito da verdade. E, contudo, *a caminhada da fé de José seguiu a mesma direção*, permaneceu totalmente determinada pelo mesmo

mistério, de que ele, juntamente com Maria, se tinha tornado o primeiro depositário. A Encarnação e a Redenção constituem uma unidade orgânica e indissolúvel, na qual a “economia da Revelação se realiza por meio de ações e palavras, intimamente relacionadas entre si”[10]. Precisamente por causa desta unidade, o Papa João XXIII, que tinha uma grande devoção a São José, estabeleceu que no Cânon romano da Missa, memorial perpétuo da Redenção, fosse inserido o nome dele, ao lado do nome de Maria e antes do dos Apóstolos, dos Sumos Pontífices e dos Mártires[11].

O serviço da paternidade

7. Como se deduz dos textos evangélicos, o matrimônio com Maria é o fundamento jurídico da paternidade de José. Foi para garantir a proteção paterna a Jesus que Deus escolheu José como esposo

de Maria. Por conseguinte, a paternidade de José – uma relação que o coloca o mais perto possível de Cristo, termo de toda e qualquer eleição e predestinação (cf. *Rom 8, 28-29*) – passa através do matrimônio com Maria, ou seja, através da família.

Os Evangelistas, embora afirmem claramente que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo e que naquele matrimônio a virgindade foi preservada (cf. *Mt 1, 18-25; Lc 1, 26-38*), chamam a José esposo de Maria e a Maria esposa de José (cf. *Mt 1, 16. 18-20; Lc 1, 27; 2, 5*).

E também para a Igreja, se por um lado é importante professar a *concepção virginal de Jesus*, por outro, não é menos importante defender o *matrimônio de Maria com José*, porque é deste matrimônio que depende, juridicamente, a paternidade de José. Daqui se

compreende a razão pela qual as gerações são enumeradas segundo a genealogia de José: “E porque não deviam ser – pergunta-se Santo Agostinho – através de José? Não era porventura José o marido de Maria? (...). A Escritura afirma, por meio da autoridade angélica, que ele era o marido. *Não temas, diz, receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo.* E é-lhe mandado que imponha o nome ao menino, se bem que não seja nascido do seu sêmen. Aí se diz, ainda: *Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus.* A Escritura sabe que Jesus não nasceu do sêmen de José; e porque ele mostra preocupação quanto à origem da gravidez dela (Maria), é dito: *provém do Espírito Santo.* E, todavia, não lhe é tirada a autoridade paterna, uma vez que lhe é ordenado que seja ele a dar o nome ao menino. Por fim, também a própria Virgem Maria, bem consciente de não ter concebido

Cristo da união conjugal com ele, chama-o apesar disso *pai de Cristo*”[12].

O *filho de Maria* é também *filho de José*, em virtude do vínculo matrimonial que os une: “Por motivo daquele matrimônio fiel, *ambos* mereceram ser chamados pais de Cristo, não apenas a Mãe, mas também aquele que era seu pai, do mesmo modo que era cônjuge da Mãe, *uma e outra coisa por meio da mente e não da carne*”[13]. Neste matrimônio não faltou nenhum dos requisitos que o constituem: “Naqueles pais de Cristo realizaram-se todos os bens das núpcias: a prole, a fidelidade e o sacramento. Conhecemos *a prole*, que é o próprio Senhor Jesus; *a fidelidade*, porque não houve nenhum adultério; e *o sacramento*, porque não se deu nenhum divórcio”[14].

Analisando a natureza do matrimônio, quer Santo Agostinho, quer Santo Tomás de Aquino situam-na constantemente na “união indivisível dos ânimos”, na “união dos corações” e no “consenso”^[15]; elementos estes, que, naquele matrimônio, se verificaram de maneira exemplar. No momento culminante da história da salvação, quando Deus manifestou o seu amor pela humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se *exatamente o matrimônio de Maria e José*, em que se realizou com plena “liberdade” o “dom sponsal de si” acolhendo e exprimindo um tal amor^[16]. “Nesta grandiosa empresa da renovação de todas as coisas em Cristo, o matrimônio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, um sacramento da Nova Aliança. E eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do Antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por

Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua vontade onipotente *de purificar e santificar a família*, que é santuário do amor humano e berço da vida”[17].

Quantos ensinamentos promanam disto, ainda hoje, para a família! Uma vez que “a essência e as funções da família se definem, em última análise, pelo amor” e que à família “é confiada *a missão de guardar, revelar e comunicar o amor*, qual reflexo vivo e participação do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja sua Esposa”[18], é na Sagrada Família, nesta originária “Igreja doméstica”[19], que todas as famílias devem espelhar-se. Nela, efetivamente, “por um misterioso

desígnio divino, viveu escondido durante longos anos o Filho de Deus: ela constitui, portanto, o protótipo e o exemplo de todas as famílias cristãs”[20].

8. São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, *mediante o exercício da sua paternidade*: desse modo, precisamente, ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos”[21], e é verdadeiramente “ministro da salvação”. A sua paternidade expressou-se concretamente “em ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua

vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa”[22].

A Liturgia, ao recordar que foram confiados “à solícita guarda de São José, na aurora dos novos tempos, os mistérios da salvação”[23], esclarece também que ele “foi constituído por Deus chefe da sua Família, para que, servo fiel e prudente, guardasse com paterna solícitude o seu Filho unigênito”[24]. O Papa Leão XIII realça a sublimidade desta missão: “Ele entre todos, impõe-se pela sua sublime dignidade, dado que, por disposição divina, foi guardião e, na opinião dos homens, pai do Filho de Deus. Daí se seguia, portanto, que o Verbo de Deus fosse submisso a José, lhe obedecesse e lhe prestasse aquela honra e aquela reverência, que os filhos devem aos próprios pais”[25].

E uma vez que não se pode conceber que a uma tarefa tão sublime não correspondessem as qualidades requeridas para a desempenhar adequadamente, importa reconhecer que José teve em relação a Jesus, “por especial dom do Céu, todo aquele amor natural e toda aquela solicitude afetuosa que o coração de um pai possa experimentar”[26].

Com a autoridade paterna sobre Jesus, Deus terá comunicado também a José o amor correspondente, aquele amor que tem a sua fonte no Pai “do qual toda a paternidade, nos céus e na terra, toma o nome” (*Ef* 3, 15).

Nos Evangelhos acha-se claramente exposto o múnus paterno de José para com Jesus. Com efeito, a salvação, que passa através da humanidade de Jesus, realiza-se nos gestos que fazem parte do cotidiano da vida familiar, respeitando aquela “condescendência” que é inerente à

economia da Encarnação. Os Evangelistas estiveram muito atentos ao fato de que na vida de Jesus nada foi deixado ao acaso; mas nela tudo se desenrolou em conformidade com um plano divinamente preestabelecido. A fórmula muitas vezes repetida: “Aconteceu assim, para que se cumprissem ...”, acompanhada de uma referência do acontecimento descrito a um texto do Antigo Testamento, tem o intuito de acentuar a unidade e a continuidade do projeto, que tem o seu “cumprimento” em Cristo.

Com a Encarnação, as “promessas” e as “figuras” do Antigo Testamento tornam-se “realidade”: lugares, pessoas, acontecimentos e ritos entrelaçam-se de acordo com ordens divinas bem precisas, transmitidas mediante o ministério dos anjos e recebidas por criaturas particularmente sensíveis à voz de Deus. Maria é a humilde serva do

Senhor, preparada desde toda a eternidade para a missão de ser Mãe de Deus; e José é aquele que Deus escolheu para ser o “coordenador do nascimento do Senhor”[27], aquele que tem o encargo de prover ao inserimento “ordenado” do Filho de Deus no mundo, mantendo o respeito pelas disposições divinas e pelas leis humanas. Toda a chamada vida “privada” ou “oculta” de Jesus foi confiada à sua guarda.

O recenseamento

9. Quando José foi a Belém, para o recenseamento, observando as disposições da autoridade legítima, ele desempenhou em relação ao menino a tarefa importante e significativa de inserir oficialmente o nome de “Jesus, filho de José de Nazaré” (cf. *Jo* 1, 45), no registro do império. Essa inscrição manifesta de modo bem claro o fato de Jesus pertencer ao gênero humano,

homem entre os homens, cidadão deste mundo, sujeito às leis e instituições civis, mas também “*Salvador do mundo*”. Orígenes descreveu bem o significado teológico inerente a este fato histórico, que não é nada marginal: “Dado que o primeiro recenseamento de toda a terra se verificou no tempo de César Augusto, e que entre todos os demais também José se foi registrar, juntamente com Maria sua esposa, que se encontrava grávida; e dado que Jesus veio ao mundo antes de o censo ter sido feito, para quem considerar a coisa com diligente atenção parecerá que se expressa uma espécie de mistério no fato de que, na declaração de toda a terra, devesse ser recenseado também Cristo. Dessa maneira, registrado juntamente com os demais, a todos podia santificar; inscrito com toda a terra no recenseamento, à terra oferecia a comunhão consigo; e, depois desta declaração, recenseava

consigo todos os homens da terra no livro dos vivos, para que quantos viessem a acreditar nele, fossem depois inscritos no céu, com os Santos d'Aquele a quem pertencem a glória e o império pelos séculos dos séculos. Amém”[28].

O nascimento em Belém

10. Como depositário do mistério “escondido desde todos os séculos em Deus” e que começa a realizar-se diante dos seus olhos na “plenitude dos tempos”, José encontra-se juntamente com Maria na noite de Belém, qual testemunha privilegiada da vinda do Filho de Deus ao mundo. São Lucas exprime-se assim: “Enquanto eles ali (em Belém) se encontravam, completaram-se para ela os dias da gestação. E deu à luz o seu filho primogênito, que envolveu em faixas e recostou numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na hospedaria” (Lc 2, 6-7).

José foi testemunha ocular deste nascimento, que se verificou em condições humanamente humilhantes, primeiro anúncio daquele “despojamento”, no qual Cristo consentiu livremente, para a remissão dos pecados. Na mesma ocasião, José foi *testemunha da adoração dos pastores*, que chegaram ao lugar onde Jesus nascera, depois de um anjo lhes ter levado esta grande e jubilosa notícia (cf. *Lc 2, 15-16*); mais tarde, foi *testemunha também da homenagem dos Magos, vindos do Oriente* (cf. *Mt 2, 11*).

A circuncisão

11. Sendo a circuncisão de um filho o primeiro dever religioso do pai, José, com esta cerimônia (cf. *Lc 2, 21*), exercitou um seu direito e dever em relação a Jesus.

O princípio segundo o qual todos os ritos do Antigo Testamento são como a sombra da realidade (cf. *Hebr 9, 9*

s.; 10, 1), explica o motivo por que Jesus os aceita. Como aconteceu com os outros ritos, também o da circuncisão teve em Jesus o seu “cumprimento”. A Aliança de Deus com Abraão, de que a circuncisão era sinal (cf. *Gn* 17, 13), obteve em Jesus o seu pleno efeito e a sua cabal realização, sendo Jesus o “sim” de todas as antigas promessas (cf. *2 Cor* 1, 20).

A imposição do nome

12. José deu ao menino, na ocasião em que o levaram a circuncidar, o nome de Jesus. Este nome é o único em que há salvação (cf. *At* 4, 12); e a José tinha sido revelado o seu significado, no momento da sua “anunciação”: E tu “lhe darás o nome de Jesus, pois ele vai salvar o seu povo dos seus pecados” (*Mt* 1, 21). Quando lhe deu o nome, José declarou a própria paternidade legal em relação a Jesus; e, pronunciando

esse nome, proclamou a missão deste menino, de ser o Salvador.

A apresentação de Jesus no templo

13. Esta cerimônia, referida por São Lucas (2, 22 ss.), incluía o resgate do primogênito e projeta luz sobre o episódio posterior da permanência de Jesus no templo aos doze anos.

O resgate do primogênito é um outro dever do pai, que é cumprido por José. No primogênito estava representado o povo da Aliança, resgatado da escravidão para passar a pertencer a Deus. Também a propósito disto, Jesus, que é o verdadeiro “preço” do resgate (cf. 1 *Cor* 6, 20; 7, 23; 1 *Pdr* 1, 19), não somente “cumpre” o rito do Antigo Testamento, mas ao mesmo tempo supera-o, não sendo ele um simples homem sujeito a ser resgatado, mas o próprio autor do resgate.

O Evangelista põe em relevo que “o pai e a mãe de Jesus estavam admirados com as coisas que se diziam dele” (Lc 2, 33); e, em particular, com *aquilo que Simeão disse*, no seu cântico dirigido ao Senhor, indicando Jesus como “a salvação preparada por Deus em favor de todos os povos” e “luz para iluminar as nações e glória de Israel, seu povo”; e, mais adiante, também como “sinal de contradição” (Lc 2, 30-34).

A fuga para o Egito

14. A seguir à apresentação no templo, o evangelista São Lucas anotou: “Depois de terem cumprido tudo segundo a lei do Senhor, *voltaram para a Galileia*, para a sua cidade de Nazaré. Entretanto, o menino crescia e robustecia-se, cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele” (Lc 2, 39-40).

Mas, *segundo o texto de São Mateus*, ainda antes deste retorno à Galileia, tem de ser colocado um acontecimento muito importante, para o qual a Providência divina de novo recorre a José. Aí lemos: “Depois que os magos partiram, o Anjo do Senhor apareceu em sonho a José e lhe disse: “Levanta-te, pega o menino e sua mãe e foge para o Egito! Fica lá até que eu te avise! Porque Herodes vai procurar o menino para matá-lo”“ (*Mt 2, 13*). Na ocasião da vinda dos Magos do Oriente, Herodes tinha sabido do nascimento do “rei dos Judeus” (*Mt 2, 2*). E quando os Magos partiram, ele mandou “Mandou matar todos os meninos de Belém e de todo o território vizinho, de dois anos para baixo” (*Mt 2, 16*). Deste modo, matando todas as crianças, queria matar aquele recém-nascido “rei dos Judeus”, de quem chegara ao conhecimento durante a visita dos Magos à sua corte. Então José, tendo

recebido o aviso em sonho, “José levantou-se de noite, pegou o menino e sua mãe, e partiu para o Egito. Ali ficou até à morte de Herodes, para se cumprir o que o Senhor havia dito pelo profeta: "Do Egito chamei o meu Filho"“ (Mt 2, 14-15; cf. Os 11, 1).

Deste modo, o caminho do regresso de Jesus de Belém a Nazaré passou pelo Egito. Assim como Israel tinha tomado o caminho do êxodo “da condição de escravidão” para iniciar a Antiga Aliança, assim José, *depositário e cooperador do mistério providencial de Deus*, também no exílio vela por Aquele que vai tornar realidade a Nova Aliança.

A permanência de Jesus no templo

15. Desde o momento da Anunciação, José, juntamente com Maria, encontrou-se, em certo sentido, *no íntimo do mistério* escondido desde todos os séculos em Deus e que se tinha revestido de carne: “*O Verbo*

*fez-se carne e habitou entre nós” (Jo 1, 14). Sim, Ele habitou entre os homens e o âmbito da sua morada foi a Sagrada Família de Nazaré, uma das tantas famílias desta pequena cidade de Galileia, uma das tantas famílias da terra de Israel. Aí, Jesus crescia e “robustecia-se, cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele” (Lc 2, 40). Os Evangelhos resumem em poucas palavras o longo período da vida “oculta”, durante o qual Jesus se preparou para a sua missão messiânica. Há um só momento que é subtraído a este “escondimento” e é descrito pelo *Evangelho de São Lucas: a Páscoa de Jerusalém, quando Jesus tinha doze anos de idade.**

Jesus participou nesta festa, como um jovem peregrino, juntamente com Maria e José. E eis o que aconteceu: “Passados aqueles dias (da festa), ao regressarem, o menino Jesus ficou em Jerusalém, sem que os pais se apercebessem disso” (Lc 2,

43). Depois de um dia de viagem deram pela sua falta; e começaram a procurá-lo “entre os parentes e conhecidos ... Depois de três dias, *encontraram-no no templo*, sentado no meio dos doutores, a ouvi-los e a fazer-lhes perguntas. Todos os que o ouviam ficavam admirados da sua inteligência e das suas respostas” (Lc 2, 46-47). Maria pergunta: “Meu filho, por que agiste assim conosco? Olha que teu pai e eu estávamos, angustiados, à tua procura” (Lc 2, 48). A resposta de Jesus foi de tal sorte que os dois “não entenderam as palavras que lhes disse”. Tinha-lhes respondido: “Por que me procuráveis? Não sabíeis *que eu devo estar na casa de meu Pai?*” (Lc 2, 49-50).

Ouviu estas palavras José, em relação ao qual Maria tinha acabado de dizer “teu pai”. Com efeito, era assim que as pessoas diziam e pensavam: Jesus, “como se supunha, era filho de José”

(Lc 3, 23). Apesar disso, a resposta do próprio Jesus no templo devia reavivar na consciência do “suposto pai” aquilo que numa noite, doze anos antes, ele tinha ouvido: “José ... não temas receber contigo Maria, tua esposa, *pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo*”. Já desde então ele sabia que era depositário do mistério de Deus; e Jesus, com doze anos de idade, *evocou exatamente este mistério*: “Devo encontrar-me na casa de meu Pai”.

O sustento e a educação de Jesus em Nazaré

16. O crescimento de Jesus “em sabedoria, em estatura e em graça” (Lc 2, 52), deu-se no âmbito da Sagrada Família, sob o olhar de São José, que tinha a alta função de o “criar”; ou seja, de alimentar, vestir e instruir Jesus na Lei e num ofício, em conformidade com os deveres estabelecidos para o pai.

No Sacrifício eucarístico a Igreja venera “a memória da gloriosa sempre Virgem Maria ... e também a de São José”[29], porque foi quem “sustentou Aquele que os fiéis deviam comer como Pão de vida eterna”[30].

Por sua parte, Jesus “era-lhes submisso” (Lc 2, 51), correspondendo com o respeito às atenções dos seus “pais”. Dessa forma quis santificar os deveres da família e do trabalho, que ele próprio executava ao lado de José.

III. O HOMEM JUSTO – O ESPOSO

17. No decorrer da sua vida, que foi uma peregrinação na fé, José, como Maria, permaneceu fiel até ao fim ao chamamento de Deus. A vida de Maria foi o cumprimento até às últimas consequências daquele primeiro *fiat* (*faça-se*) pronunciado no momento da Anunciação; ao passo que José – como já foi dito –

não proferiu palavra alguma no momento da sua “anunciação”: “fez conforme o anjo do Senhor havia mandado” (Mt 1, 24). E este *primeiro “fez” tornou-se o princípio da “caminhada de José”*. Ao longo desta caminhada, os Evangelhos não registram palavra alguma que ele tenha dito. Mas esse *silêncio de José* tem uma especial eloquência: graças a tal atitude, pode captar-se perfeitamente a verdade contida no juízo que dele nos dá o Evangelho: o “justo” (Mt 1, 19).

É necessário saber ler bem esta verdade, porque nela está contido *um dos mais importantes testemunhos acerca do homem e da sua vocação*. No decurso das gerações a Igreja lê, de maneira cada vez mais atenta e mais consciente este testemunho, como tirando do tesouro desta insigne figura “coisas novas e coisas velhas” (Mt 13, 52).

18. O homem “justo” de Nazaré possui sobretudo as características bem nítidas do esposo. O Evangelista fala de Maria como de “uma virgem desposada com um homem ... chamado José” (Lc 1, 27). Antes de começar a realizar-se “o mistério escondido desde todos os séculos em Deus” (Ef 3, 9), os Evangelhos põem diante de nós a *imagem do esposo e da esposa*. Segundo o costume do povo hebraico, o matrimônio constava de duas fases: primeiro, era celebrado o matrimônio legal (verdadeiro matrimônio); e depois, só passado um certo período, é que o esposo introduzia a esposa na própria casa. Antes de viver junto com Maria, portanto, José já era o seu “esposo”; *Maria, porém, conservava no seu íntimo o desejo de fazer o dom total de si mesma exclusivamente a Deus*. Poder-se-ia perguntar de que modo este desejo se conciliava com as “núpcias”. A resposta vem-nos somente do desenrolar dos

acontecimentos salvíficos, isto é, da ação especial do próprio Deus. Desde o momento da Anunciação, Maria sabe que *deve realizar-se* o seu *desejo virginal*, de entregar-se a Deus de modo exclusivo e total, precisamente *tornando-se mãe do Filho de Deus*. A maternidade por obra do Espírito Santo é a forma de doação que o próprio Deus espera da Virgem, “desposada” com José. E Maria pronuncia o seu *fiat (faça-se)*.

O fato de ela ser “desposada” com José *está incluído no mesmo desígnio de Deus*. Isso é indicado por ambos os Evangelistas citados, mas de maneira particular por São Mateus. São muito significativas as palavras ditas a José: “Não tenhas medo de receber contigo Maria, *tua esposa*, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo” (Mt 1, 20). Elas explicam o mistério da esposa de José: Maria é virgem na sua maternidade. Nela “o Filho do

Altíssimo” assume um corpo humano e torna-se “o Filho do homem”.

Dirigindo-se a José com as palavras do anjo, Deus dirige-se a ele como sendo esposo da Virgem de Nazaré. Aquilo que nela se realizou por obra do Espírito Santo exprime ao mesmo tempo uma confirmação *especial do vínculo sponsal*, que já existia antes entre José e Maria. O mensageiro diz claramente a José: “não tenhas medo de receber Maria tua esposa”. Por conseguinte, aquilo que tinha acontecido anteriormente – os seus sponsais com Maria – tinha acontecido por vontade de Deus e, portanto, devia ser conservado. Na sua maternidade divina, Maria deve continuar a viver como “uma virgem, esposa de um esposo” (cf. *Lc 1, 27*).

19. Nas palavras da “anunciação” noturna, *José escuta* não apenas a verdade divina acerca da inefável vocação da sua esposa, mas *ouve*

novamente também a *verdade acerca da própria vocação*. Este homem “justo”, que, segundo o espírito das mais nobres tradições do povo eleito, amava a Virgem de Nazaré e a ela se encontrava ligado por amor esponsal, é novamente chamado por Deus para este amor.

“José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu consigo a sua esposa”; o que se gerou nela “é obra do Espírito Santo”. Ora, de tais expressões, não se imporá porventura deduzir que também o seu *amor de homem tinha sido regenerado pelo Espírito Santo*? Não se imporá porventura pensar que o amor de Deus, que foi derramado no coração humano pelo Espírito Santo (cf. *Rom 5, 5*), forma do modo mais perfeito todo o amor humano? Ele forma também – e de maneira absolutamente singular – o amor esponsal dos cônjuges, nele dando profundidade a tudo aquilo que seja

humanamente digno e belo e tenha as marcas da exclusiva entrega, da aliança das pessoas e da comunhão autêntica, a exemplo de Mistério trinitário.

“José ... recebeu consigo a sua esposa, a qual, *sem que ele a conhecesse*, deu à luz um filho” (Mt 1, 24-25). Estas palavras indicam ainda outra proximidade sponsal. A profundidade desta proximidade, a intensidade espiritual da união e do contato entre pessoas – do homem e da mulher – provêm em última análise do Espírito que dá a vida (cf. Jo 6, 63). *José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor*, do seu amor sponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele “homem justo” poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano.

20. Na Liturgia, Maria é celebrada como tendo estado “unida a José,

homem justo, por um vínculo de amor sponsal e virginal”[31]. Trata-se, de fato, de dois amores que, *conjuntamente*, representam o mistério da Igreja, virgem e esposa, a qual tem no matrimônio de Maria e José o seu símbolo. “A virgindade e o celibato por amor do Reino de Deus não só não se contrapõem à dignidade do matrimônio, mas pressupõem-na e confirmam-na. O matrimônio e a virgindade são os dois modos de exprimir e de viver o único Mistério da Aliança de Deus com o seu povo”[32], que é comunhão de amor entre Deus e os homens.

Mediante o sacrifício total de si próprio, José exprime o seu amor generoso para com a Mãe de Deus, fazendo-lhe “dom sponsal de si”. Muito embora decidido a afastar-se, para não ser obstáculo ao plano de Deus que estava se realizando nela, por ordem expressa do anjo ele

manteve-a consigo e respeitou a sua condição de pertencer exclusivamente a Deus.

Por outro lado, foi do matrimônio com Maria que advieram para José a sua dignidade singular e os seus direitos em relação a Jesus. “Sabemos que a dignidade da Mãe de Deus é altíssima e que não pode haver uma maior. Mas dado que entre a beatíssima Mãe de Deus e São José existe um verdadeiro vínculo matrimonial, é também certo que São José, mais que qualquer outro, se aproximou daquela altíssima dignidade que faz da Mãe de Deus a criatura mais excelsa. De fato, o matrimônio constitui por si mesmo a forma mais nobre de sociedade e de amizade, e traz consigo a comunhão dos bens. Portanto, se Deus deu José como esposo a Maria, deu-o não só como companheiro de sua vida, testemunha de sua virgindade e tutor da sua pureza, mas também como

participante – por força do vínculo conjugal – da excelsa dignidade da qual ela foi adornada”[33].

21. *Um tal vínculo de caridade constituiu a vida da Sagrada Família; primeiro, na pobreza de Belém, depois, durante o exílio no Egito e, em seguida, quando ela morava em Nazaré. A Igreja rodeia de profunda veneração esta Família, apresentando-a como modelo para todas as famílias. A Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da Encarnação, constitui ela própria um mistério particular. E ao mesmo tempo – como na Encarnação – é a este mistério que pertence a verdadeira paternidade: a forma humana da família do Filho de Deus, verdadeira família humana, formada pelo mistério divino. Nela, José é o pai: a sua paternidade, porém, não é só “aparente”, ou apenas “substitutiva”; mas está dotada plenamente da autenticidade da*

paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família. Nisto está contida uma consequência da união hipostática: humanidade assumida na unidade da Pessoa divina do Verbo-Filho, Jesus Cristo. Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo *foi também “assumido” tudo aquilo que é humano e, em particular, a família*, primeira dimensão da sua existência na terra. Neste contexto foi “assumida” também a paternidade humana de José.

Com base neste princípio, adquirem o seu significado profundo as palavras dirigidas por Maria a Jesus, no templo, quando ele tinha doze anos: “Teu pai e eu ... andávamos à tua procura”. Não se trata de uma frase convencional: as palavras da Mãe de Jesus indicam toda a realidade da Encarnação, que pertence ao mistério da Família de Nazaré. José, que desde o princípio

aceitou, mediante “a obediência da fé”, a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo que por meio da fé se doa ao homem, por certo ia descobrindo cada vez mais amplamente *o dom inefável desta sua paternidade*.

IV. O TRABALHO EXPRESSÃO DO AMOR

22. *A expressão cotidiana deste amor na vida da Família de Nazaré é o trabalho*. O texto evangélico especifica o tipo de trabalho, mediante o qual José procurava garantir a sustentação da Família: o trabalho de *carpinteiro*. Esta simples palavra envolve toda a extensão da vida de José. Para Jesus este período abrange os anos da vida oculta, de que fala o Evangelista, a seguir ao episódio que ocorreu no templo: “Depois, desceu com eles para Nazaré e era-lhes submisso” (Lc 2,

51). Esta “*submissão*, ou seja, a obediência de Jesus na casa de Nazaré é *entendida também como participação no trabalho de José*. Aquele que era designado como o “filho do carpinteiro”, tinha aprendido o ofício de seu “pai” putativo. Se a Família de Nazaré, na ordem da salvação e da santidade, é exemplo e modelo para as famílias humanas, é-o analogamente *também o trabalho de Jesus ao lado de José carpinteiro*. Na nossa época, a Igreja pôs em realce isto mesmo, também com a memória litúrgica de São José Operário, fixada no primeiro de maio. *O trabalho humano, em particular o trabalho manual, tem no Evangelho uma acentuação especial*. Juntamente com a humanidade do Filho de Deus ele foi acolhido no mistério da Encarnação, como também *foi redimido de maneira particular*. Graças ao seu banco de trabalho, junto do qual exercitava o próprio ofício juntamente com Jesus,

José aproximou o trabalho humano do mistério da Redenção.

23. No crescimento humano de Jesus “em sabedoria, em estatura e em graça” teve uma parte notável a *virtude da laboriosidade*, dado que “o trabalho é um bem do homem”, que “transforma a natureza” e torna o homem, “em certo sentido, mais homem”[34].

A importância do trabalho na vida do homem exige que se conheçam e assimilem todos os seus conteúdos, “para ajudar os demais homens a aproximarem-se através dele de Deus, Criador e Redentor, e a participarem nos seus desígnios salvíficos quanto ao homem e quanto ao mundo; e ainda, a aprofundarem na sua vida e amizade com Cristo, tendo, mediante a fé vivida, uma participação no seu tríplice múnus: de Sacerdote, de Profeta e de Rei”[35].

24. Trata-se, em última análise, da santificação da vida cotidiana, no que cada pessoa deve empenhar-se, segundo o próprio estado, e que pode ser proposta apontando para um modelo acessível a todos: São José é o modelo dos humildes, que o Cristianismo enaltece para grandes destinos; ... é a prova de que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não se necessitam “grandes coisas”, mas requerem-se somente virtudes comuns, humanas, simples e autênticas”[36].

V. O PRIMADO DA VIDA INTERIOR

25. Também quanto ao trabalho de carpinteiro na casa de Nazaré se estende o mesmo clima de silêncio, que acompanha tudo aquilo que se refere à figura de José. Trata-se, contudo, de um *silêncio que desvenda de maneira especial o perfil interior desta figura*. Os Evangelhos falam exclusivamente daquilo que José

“fez”; no entanto, permitem-nos auscultar em suas “ações”, envolvidas pelo silêncio, um clima de *profunda contemplação*. José estava cotidianamente em contato com o mistério “escondido desde todos os séculos”, que “estabeleceu a sua morada” sob o teto da sua casa. Isto explica, por exemplo, a razão por que Santa Teresa de Jesus, a grande reformadora do Carmelo contemplativo, se tornou promotora da renovação do culto de São José na cristandade ocidental.

26. O sacrifício total, que José fez da sua existência inteira, às exigências da vinda do Messias à sua própria casa, encontra a motivação adequada na “sua insondável vida interior, da qual lhe provêm ordens e consolações singularíssimas; dela lhe decorrem também a lógica e a força, própria das almas simples e límpidas, das grandes decisões, como foi a de colocar imediatamente à

disposição dos desígnios divinos a própria liberdade, a sua legítima vocação humana e a felicidade conjugal, aceitando a condição, a responsabilidade e o peso da família e renunciando, por um incomparável amor virgíneo, ao natural amor conjugal que constitui e alimenta a mesma família”[37].

Esta submissão a Deus, que é prontidão de vontade para se dedicar às coisas que dizem respeito ao seu serviço, não é mais do que o *exercício da devoção*, que constitui uma das expressões da virtude da religião[38].

27. A comunhão de vida entre José e Jesus leva-nos a considerar ainda o mistério da Encarnação precisamente sob o aspecto da humanidade de Cristo, instrumento eficaz da divindade para a santificação dos homens: “Por força da divindade, as ações humanas de Cristo foram salutares para nós,

produzindo em nós a graça, quer em razão do mérito, quer por uma certa eficácia”[39].

Entre estas ações os Evangelistas privilegiam aquelas que dizem respeito ao mistério pascal; mas não deixam de frisar bem a importância do contato físico com Jesus em ordem às curas de enfermidades (cf., por exemplo, *Mc* 1, 41) e a influência por ele exercida sobre João Batista, quando ambos estavam ainda no seio materno (cf. *Lc* 1, 41-44).

O testemunho apostólico não transcurrou – como já se viu – a narração do nascimento de Jesus, da circuncisão, da apresentação no templo, da fuga para o Egito e da vida oculta em Nazaré, por motivo do “mistério” de graça contido em tais “gestos”, todos eles salvíficos, porque todos participavam da mesma fonte de amor: a divindade de Cristo. Se este amor se irradiava,

através da sua humanidade, sobre todos os homens, certamente eram por ele beneficiados, em primeiro lugar, aqueles que a vontade divina tinha posto na sua maior intimidade: Maria, sua Mãe, e José, seu pai putativo[40].

Uma vez que o amor “paterno” de José não podia deixar de influir sobre o amor “filial” de Jesus e, vice-versa, o amor “filial” de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor “paterno” de José, como chegar a conhecer as profundezas desta singularíssima relação? Justamente, pois, as almas mais sensíveis aos impulsos do amor divino veem em José um exemplo luminoso de vida interior.

Mais ainda, a aparente tensão entre a vida ativa e a vida contemplativa tem em José uma superação ideal, possível para quem possui a perfeição da caridade. Atendo-nos à

conhecida distinção entre o amor da verdade (*caritas veritatis*) e as exigências do amor (*necessitat caritatis*), podemos dizer que José fez a experiência quer do *amor da verdade*, ou seja, do puro amor de contemplação da Verdade divina que irradiava da humanidade de Cristo, quer das *exigências do amor*, ou seja, do amor igualmente puro do serviço, requerido pela proteção e pelo desenvolvimento dessa mesma humanidade[41].

VI. PATRONO DA IGREJA DO NOSSO TEMPO

28. Em tempos difíceis para a Igreja, Pio IX, desejando confiá-la à especial proteção do Santo Patriarca José, declarou-o “Patrono da Igreja católica”[42]. Esse Sumo Pontífice sabia que não estava realizando um gesto peregrino, porque, em virtude da excelsa dignidade concedida por Deus a este seu servo fidelíssimo, “a

Igreja, depois da Virgem Santíssima, esposa dele, teve sempre em grande honra e cumulou de louvores o Bem-aventurado José e, no meio das angústias, de preferência foi a ele que recorreu”[43].

Quais são os motivos de tão grande confiança? O Papa Leão XIII expõe-nos assim: “As razões pelas quais o Bem-aventurado José deve ser considerado especial Patrono da Igreja, e a Igreja, por sua vez, deve esperar muitíssimo da sua proteção e do seu patrocínio, provêm principalmente do fato de ele ser esposo de Maria e pai putativo de Jesus (...). José foi a seu tempo legítimo e natural guardião, chefe e defensor da divina Família (...). É algo conveniente e sumamente digno para o Bem-aventurado José, portanto, que, de modo análogo àquele com que outrora costumava socorrer santamente, em todo e qualquer acontecimento, a Família

de Nazaré, também agora cubra e defenda com o seu celeste patrocínio a Igreja de Cristo”[44].

29. Este patrocínio deve ser invocado e continua sempre a ser necessário à Igreja, não apenas para a defender dos perigos, que continuamente se levantam, mas também e sobretudo para a confortar no seu renovado empenho de evangelização do mundo e de levar por diante a nova evangelização dos países e nações “onde – como eu escrevia na Exortação Apostólica *Christifideles laici* – a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas”, mas “se encontram hoje submetidas a dura provação”[45]. Para levar o primeiro anúncio de Cristo ou para voltar a apresentá-lo onde ele foi transcurado ou esquecido, a Igreja precisa de uma particular “força do Alto” (cf. *Lc* 24, 49), que é dom do Espírito do Senhor, certamente, mas não anda desconexa

da intercessão e do exemplo dos seus Santos.

30. Além da confiança na proteção segura de José, a Igreja tem confiança no seu exemplo insigne, um exemplo que transcende cada um dos estados de vida e se propõe a toda a comunidade cristã, sejam quais forem a condição e as tarefas de cada um dos fiéis.

Como se diz na constituição do Concílio Vaticano II sobre a Divina Revelação, a atitude fundamental de toda a Igreja deve ser de “religiosa escuta da palavra de Deus”[46]; ou seja, de absoluta disponibilidade para se colocar fielmente ao serviço da vontade salvífica de Deus, revelada em Jesus. Logo no princípio da Redenção humana, nós encontramos o modelo da obediência encarnado, depois de Maria, precisamente em José, aquele que, se

distingue pela execução fiel das ordens de Deus.

O Papa Paulo VI exortava a invocar o seu patrocínio, “como a Igreja, nestes últimos tempos, tem o costume de fazer, para si mesma, antes de mais nada, para uma espontânea reflexão teológica sobre a relação entre a ação divina e a ação humana na grande economia da Redenção, no qual, a primeira, a ação divina, é só por si totalmente suficiente, mas a segunda, a ação humana, a nossa, embora não seja capaz de fazer coisa alguma sozinha (cf. *Jo* 15, 5), nunca está dispensada de uma humilde, mas condicional e nobilitante colaboração. Além disso, a Igreja invoca-o como protetor, por um desejo profundo e atualíssimo de rejuvenescer a sua existência secular, com autênticas virtudes evangélicas, como as que refulgem em São José”[47].

31. A Igreja transforma estas exigências em oração. Recordando que Deus confiou os inícios da nossa Redenção à guarda desvelada de São José, suplica-lhe: que lhe conceda colaborar fielmente na obra da salvação; e que lhe dê a mesma fidelidade e pureza de coração que animaram José no serviço do Verbo Encarnado; e, ainda, a graça de caminhar diante do mesmo Deus pelas vias da santidade e da justiça, amparados pelo exemplo e pela intercessão de São José[48].

Há cem anos, exatamente, o Papa Leão XIII exortava o mundo católico a rezar para obter a proteção de São José, Patrono de toda a Igreja. A Carta Encíclica *Quamquam pluries* fazia apelo para aquele “amor paterno” que José “dedicava ao Menino Jesus” e confiava a ele, “guarda providente da Divina Família, a herança que Jesus Cristo conquistou com o seu sangue”. Desde

então, *a Igreja* – como foi recordado mais acima – *implora a proteção de São José*, “em virtude daquele vínculo de caridade que o uniu à imaculada Virgem Mãe de Deus”, e confia-lhe todas as suas solitudes, também pelo que se refere às ameaças que incumbem sobre a família humana.

Nos dias de *hoje*, temos ainda *numerosos motivos para rezar da mesma maneira*: “Afastai de nós, ó pai amantíssimo, esta peste de erros e de vícios..., assisti-nos propício, do céu, nesta luta contra o poder das trevas ...; e assim como outrora livrastes da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, assim hoje defendei a santa Igreja de Deus das ciladas do inimigo e de todas as adversidades”[49]. Hoje ainda temos *motivos que perduram para confiar todos e cada um dos homens a São José*.

32. Desejo vivamente que esta evocação da figura de São José renove também em nós o ritmo da oração que, há um século atrás, o meu Predecessor estabeleceu que lhe fosse elevada. Não há dúvida, efetivamente, que esta oração e *a própria figura de São José adquirem uma atualidade renovada para a Igreja do nosso tempo*, em relação com o novo Milênio cristão.

O Concílio Vaticano II procurou sensibilizar-nos novamente a todos para “as grandes coisas de Deus” e para aquela “economia da salvação” de que São José foi particularmente ministro. Colocando-nos, pois, sob a proteção daquele a quem o próprio Deus “confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos e maiores”[50], aprendamos com ele, ao mesmo tempo, a servir a “economia da salvação”. Que São José se torne para todos um mestre singular no serviço da missão

salvífica de Cristo, que, na Igreja, compete a cada um e a todos: aos esposos e aos pais, àqueles que vivem do trabalho das próprias mãos e de todo e qualquer outro trabalho, às pessoas chamadas para a vida contemplativa e às que são chamadas ao apostolado.

O *homem justo*, que trazia em si o património da Antiga Aliança, foi também *introduzido no “princípio” da nova e eterna Aliança em Jesus Cristo*. Que ele nos indique os caminhos desta Aliança salvífica no limiar do próximo Milênio, durante o qual deve perdurar e desenvolver-se ulteriormente a “plenitude dos tempos” própria do mistério inefável da Encarnação do Verbo.

Que São José obtenha para a Igreja e para o mundo, assim como para um de nós, a bênção do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Dado em Roma, junto de São Pedro, a 15 de Agosto – solenidade da Assunção de Nossa Senhora – no ano de 1989, undécimo ano de Pontificado.

JOÃO PAULO II

[1] Cf. S. Irineu, *Adversus Haereses*, IV, 23, 1: *S. Ch.* 100/72, pp. 692-694.

[2] Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *Leonis XIII P. M. Acta*, IX (1890), pp. 175-182.

[3] Sacror. Rituum Congreg., Decr. *Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *Pii IX P. M. Acta*, pars I, Vol. V, p. 282; Pio IX, Carta Apost. *Inclytum Partiarham* (7 de Julho de 1871), *l.c.*, pp. 331-335.

[4] Cf. S. João Crisóstomo, *In Matth. Hom.*, V, 3: *PG* 57, 57-58. Os Doutores da Igreja e os Sumos Pontífices,

também se baseando na identidade do nome, indicaram em José do Egito o protótipo de José de Nazaré, na medida em que se teriam esboçado no primeiro as funções e a grandeza do segundo, de ser guardião dos mais preciosos tesouros de Deus Pai, o Verbo Encarnado e a sua Santíssima Mãe: cf., por exemplo, S. Bernardo, *Super missus est, Hom. II, 16: S. Bernardi Opera*, Ed. Cist., IV, 33-34; Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, p. 179.

[5] Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, n. 58.

[6] Cf. *ibid.*, n. 63.

[7] Const. dogm. sobre a Divina Revelação *Dei Verbum*, n. 5.

[8] *Ibid*, n. 2.

[9] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, n. 63.

[10] Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Divina Revelação *Dei Verbum*, n. 2.

[11] S. Congr. dos Ritos, Decr. *Novis hisce temporibus* (13 de Novembro de 1962): *AAS* 54 (1962), p. 873.

[12] S. Agostinho, *Sermo* 51, 10, 16: *PL* 38, 342.

[13] S. Agostinho, *De nuptiis et concupiscentia*, I, 11, 12: *PL* 44, 421; cf. *De consensu evangelistarum*, II, 1, 2: *PL* 34, 1071; *Contra Faustum*, III, 2: *PL* 42, 214.

[14] S. Agostinho, *De nuptiis et concupiscentia*, I, 11, 13: *PL* 44, 421; cf. *Contra Julianum*, V, 12, 46: *PL* 44, 810.

[15] Cf. S. Agostinho, *Contra Faustum*, XXIII, 8: PL 42, 470-471; *De consensu evangelistarum*, II, 1, 3: PL 34, 1072; *Sermo* 51, 13, 21: PL 38, 344-345; S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.*, III, q. 29, a. 2 in conclus.

[16] Cf. as *Alocações* de 9 e 16 de Janeiro e de 20 de Fevereiro de 1980: *Insegnamenti*, III/1 (1980), pp. 88-92; 148-152; e 428-431.

[17] Paulo VI, *Alocação ao Movimento “Equipes de Nossa Senhora” (4 de Maio de 1970)*, n. 7: AAS 62 (1970), p. 431; uma exaltação análoga da Família de Nazaré, como exemplar absoluto da comunidade doméstica, encontra-se, por exemplo, em Leão XIII, Carta Apost. *Neminem fugit* (14 de Junho de 1892): *Leonis XIII Acta*, XII (1892), pp. 149-150; Bento XV, *Motu Proprio Bonum sane* (25 de Julho de 1920): AAS 12 (1920), pp. 313-317.

[18] Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), n. 17: AAS 74 (1982), p. 100.

[19] *Ibid.*, n. 49: *l.c.*, p. 140; cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, n. 11; Decr. sobre o Apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, n. 11.

[20] Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), n. 85: AAS 74 (1982), pp. 189-190.

[21] Cf. S. João Crisóstomo, *In Matth. Hom.*, V, 3: PG 57, 57-58.

[22] Paulo VI, *Alocução* (19 de Março de 1966): *Insegnamenti*, IV (1966), p. 110.

[23] Cf. *Missale Romanum, Collecta* in “Sollemnitate S. Joseph Sponsi B.M.V.”.

[24] Cf. *Ibid.*, *Praefatio* in o Sollemnitate S. Joseph Sponsi B. M. V.

[25] Carta Enc. Quamquam pluries (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, p. 178.

[26] Pio XII, *Radiomensagem* aos estudantes das escolas católicas dos Estados Unidos da América (19 de Fevereiro de 1958): *AAS* 50 (1958), p. 174.

[27] Orígenes, *Hom. XIII in Lucam*, 7: *S. Ch.* 87, pp. 214-215.

[28] Orígenes, *Hom. XIII in Lucam*, 6: *S. Ch.* 87, pp. 195-197.

[29] Cf. *Missale Romanum, Prex Eucaristica*, 1.

[30] *Sacror. Rituum Congreg., Decr. Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *l.c.*, p. 282.

[31] *Collectio Missarum de Beata Maria Virgine*, I, “ *Sancta Maria de Nazareth* “, *Praefatio*.

[32] Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), n. 16: AAS 74 (1982), p. 98.

[33] Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889):*l.c.*, pp. 177-178.

[34] Cf. Carta Enc. *Laborem exercens* (14 de Setembro de 1981), n. 9: AAS 73 (1981), pp. 599-600.

[35] *Ibid.*, n. 24:*l.c.*, p. 638. Os Sumos Pontífices, nos tempos mais recentes, têm apresentado constantemente S. José como “ modelo “ dos operários e dos trabalhadores em geral, cf., por exemplo, Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, p. 180; Bento XV, Motu proprio *Bonum sane* (25 de Julho de 1920): *l.c.*, pp. 314-316; Pio XII, *Alocução* (11 de Março de 1945), n. 4: AAS 37 (1945), p. 72; *Alocução* (1 de Maio de 1955): AAS 47 (1955), p. 406; João XXIII, *Radiomensagem* (1 de Maio de 1960): AAS 52 (1960), p. 398.

[36] Paulo VI, *Alocução* (19 de Março de 1969): *Insegnamenti*, VII (1969), p. 1268.

[37] *Ibid.*, *l.c.*, p. 1267.

[38] Cf. S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.*, II-II ae, q. 82, a. 3, ad 2.

[39] *Ibid.*, III, q. 8, a. 1, ad 1.

[40] Pio XII, Carta Enc. *Haurietis aquas* (15 de Maio de 1956), III: AAS 48 (1956), pp. 329-330.

[41] Cf. S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.*, II-II ae, q. 182, a. 1, ad 3.

[42] Cf. Sacror. Rituum Congreg., *Decr. Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *l.c.*, p. 283.

[43] *Ibid.*, *l.c.*, pp. 282-283.

[44] Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, pp. 177-179.

[45] Cf. Exort. Apost. pós-sinodal *Christifideles laici* (30 de Dezembro de 1988), n. 34: AAS 81 (1989), p. 456.

[46] Const. dogm. sobre a Divina Revelação *Dei Verbum*, n. 1.

[47] Paulo, *Alocução* (19 de Março de 1969): *Insegnamenti*, VII (1969), p. 1269.

[48] Cf. *Missale Romanum, Collecta; Super oblata* in “Sollemnitate S. Joseph Sponsi B.M.V. “; e *Post commun.* in “Missa Votiva S. Joseph”.

[49] Cf. Leão XIII, “Oratio ad Sanctum Josephum”, contida imediatamente a seguir ao texto da Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *Leonis XIII P.M. Acta*, IX (1890), p. 183.

[50] Sacror. Rituum. Congreg., *Decr. Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *l.c.*, p. 282.

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/redemptoris-
custos/](https://opusdei.org/pt-br/article/redemptoris-custos/) (29/03/2025)